
Políticas Públicas de Educação: uma análise das publicações dos jornais digitais G1 Triângulo, Diário de Uberlândia, Hoje em Dia, Estadão, O Globo e Gazeta em 2023.¹

Arthur MARTINS²

Luisa NIELSEN³

Sankey GABRIEL⁴

Suianne GONÇALVES⁵

Victória MONTEIRO⁶

Diva SILVA⁷

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG

RESUMO

O artigo relata o trabalho final desenvolvido no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia na disciplina de Políticas Públicas de Comunicação e Educação. O eixo principal foi verificar como a mídia retratou temáticas relacionadas à Políticas Públicas de Educação em 2023, integrando uma pesquisa desenvolvida pelo Observatório de Mídias - Luminar. São analisados seis jornais da região sudeste, Hoje em Dia, Estadão, O Globo, Gazeta, G1 Triângulo e Diário de Uberlândia. A metodologia envolveu uma abordagem quantitativa, baseada em um levantamento com palavras-chave específicas, seguida de uma análise qualitativa com uma amostra definida aleatoriamente por sorteio. As matérias selecionadas foram analisadas a partir de uma Leitura Crítica de Mídia - LCM (Motta, 2008), sendo possível perceber como os jornais retratam matérias relacionadas a Políticas de Educação.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Pública; Mídia; Jornalismo; LCM.

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 6º período do Curso de Jornalismo da UFU, e-mail: arthur.miguel@ufu.br

³ Estudante de Graduação 2º período do Curso de Jornalismo da UFU, e-mail: luisa.nielsen@ufu.br

⁴ Estudante de Graduação 6º período do Curso de Jornalismo da UFU, e-mail: sankeycarvalho@ufu.br

⁵ Estudante de Graduação 6º período do Curso de Jornalismo da UFU, e-mail: suianne.souza@ufu.br

⁶ Estudante de Graduação 6º período do Curso de Jornalismo da UFU, e-mail: victoria.monteiro@ufu.br

⁷ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFU, e-mail: diva@ufu.br

INTRODUÇÃO

Entende-se por Políticas Públicas (PPs) medidas tomadas pelo Estado na tentativa de reparar demandas e desigualdades sociais. Para que sejam implementadas, há diferentes processos, dos quais o ator principal é o povo. A estruturação de uma política pública envolve a formação de um ciclo para que se possa visualizar, conceituar, definir papéis e monitorar sua implementação. Dentre as Políticas Públicas, destacamos as de Educação, que, com suas propostas e objetivos, buscam tornar o ensino brasileiro mais acessível, igualitário e satisfatório, agindo com ênfase em políticas como as ações afirmativas.

No curso de Jornalismo da UFU, tem-se, no 6º período ideal, a disciplina de Políticas Públicas de Comunicação e Educação, e, como parte das atividades desenvolvidas, tivemos uma que envolveu diferentes PPs e a análise de como a mídia retratou-as no último ano, 2023. Nosso grupo analisou políticas públicas de educação e jornais da região Sudeste do país, definidos pela professora. Durante o desenvolvimento do trabalho, foram pesquisadas todas as menções relacionadas às Políticas Públicas de Educação citadas em seis jornais: G1 Triângulo, Estadão, Hoje em Dia, Diário de Uberlândia, O Globo e Gazeta. Para o desenvolvimento do trabalho, alguns critérios foram adotados, como a busca de conteúdo relacionado ao nosso foco.

Em cada um dos veículos escolhidos, por meio de palavras-chave padrão no buscador Google, levantamos as matérias relacionadas às PPs de Educação. No buscador, também foi delimitado o espaço de tempo, isto é, cada mês ano de 2023. Todas as produções que tratavam de políticas públicas de educação, ou da falta delas, foram tabeladas, bem como suas datas de publicação. O recorte mensal permitiu inferir algumas sazonalidades de temas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que se mostra frequente por volta do mês de abril - período de inscrições - e novembro - período de realização da prova.

No processo de levantamento quantitativo, não foi analisado a qual gênero jornalístico cada matéria pertencia. Posteriormente ao levantamento e ao tabelamento, por critério de sorteio, foi definida uma amostra em cada um dos jornais para ser analisada de forma qualitativa. Para todas, foram utilizados os mesmos critérios. Em seguida, à luz de Motta (2008), foi necessário elaborar uma Leitura Crítica de Mídia para cada uma das matérias selecionadas.

Como pesquisadores da área da comunicação e futuros jornalistas do mercado de trabalho, percebemos alguns problemas nas formas com que as políticas públicas de educação são publicadas nos veículos jornalísticos. Além de identificar alguns desses problemas e dialogar sobre essas tensões com os autores, o artigo também identifica de que forma a divulgação dessas políticas pode ser melhorada para que mais pessoas conheçam, entendam e lutem pelos seus direitos.

A QUESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE

Ao tratar sobre Políticas Públicas (PP), faz-se necessário partir de alguns conceitos que, ao longo do tempo, orientaram as pesquisas a respeito. A partir dos estudos de Celina Souza (2006), faremos esse percurso. Dentre os estudiosos que foram pioneiros na área de Políticas Públicas, Harold Lasswell foi um dos primeiros pensadores a usar termos como “análise de política pública”; ele buscou compreender a ligação entre estudos acadêmicos e as ações tomadas pelos governos. A partir disso, Herbert Simon aprofundou-se no tema ao estudar como acontece o processo de tomada de decisão dos gestores públicos. Seguindo o caminho dos que o antecederam, Charles Lindblom aperfeiçoou seus conceitos.

O cientista estadunidense Theodor Lowi, ao consolidar a frase “a política pública faz a política”, destacou que cada PP recebe diferentes tipos de apoio e de rejeição, fazendo com que as disputas pelas suas decisões atravessem diferentes cenários. O pensador que trouxe um dos conceitos mais próximos para o presente trabalho, David Easton, aponta as políticas públicas como um sistema influenciado por diferentes áreas como a mídia, os grupos de interesse e as instituições.

De tal modo, compreendemos, ao longo de nossas análises, que as políticas públicas são processos criados por agentes governamentais e influenciados por diferentes atores como forma de assegurar os direitos da população.

Antes que a política pública exista de fato, as questões públicas que a envolvem podem estar em debate e ser alvo de atenção da mídia, do governo e das instituições, como citado por David Easton.

Como instrumentos públicos, as PPs seguem determinados ciclos de formulação e aplicação. Sobre isso, Celina Souza (2006) destaca as etapas de um ciclo, “definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação de opções, seleção de opções,

implementação e avaliação” (p.30). Segundo a estudiosa, as etapas são definidas com o objetivo de identificar um problema social e estabelecer prioridades para sua resolução, para então de fato desenvolver-se possíveis soluções para o problema. Posteriormente, são realizados processos formais de decisão, e essas políticas são implementadas na sociedade e, mais tarde, têm seus resultados avaliados.

O ciclo de políticas públicas é diretamente influenciado pela Agenda *Setting*, modelo que influencia a divulgação pela mídia e também as atitudes governamentais que serão tomadas. Agenda *Setting* é uma teoria da comunicação, fundamentada na década de 70 por Maxwell McCombs e Donald Shaw, a qual defende que os assuntos mais destacados pela imprensa tomam maior importância para a sociedade. A grande mídia, sobretudo os veículos mais tradicionais e famosos, tem um grande impacto sobre quais assuntos serão abordados pela população. “O agendamento feito pela mídia pode tanto ‘silenciar’ (ocultar ou apagar) um assunto como pode ‘escancará-lo’ e com as políticas públicas não é diferente” (Alves, 2018, p. 30).

O agendamento feito pela mídia é baseado nos valores-notícia, ou seja, na importância que determinado fato assume enquanto notícia. Morte, notoriedade de um dos envolvidos, proximidade geográfica e cultural, escândalos e crimes são alguns dos valores-notícia que fazem com que determinados assuntos sejam escolhidos pela imprensa para fazerem parte de seus jornais.

Pensando nesses valores e na velocidade com que se move o mercado jornalístico factual, o jornalismo comumente prioriza fatos em detrimento de problemáticas. “Problematizar, em profundidade, a eficácia ou não de uma medida governamental exige aprofundamento” (Alves, 2018, p. 31). A divulgação em menor escala de assuntos relacionados às políticas públicas, influenciada pela maior demanda por notícias factuais e “superficiais”, aponta para a necessidade de seu monitoramento. Isto é, é importante que seja analisado criticamente como se portam as agendas dos veículos, se falam sobre as políticas públicas, de que forma isso é feito e com que frequência.

As políticas públicas de educação no Brasil podem ser criadas regularmente pelo poder legislativo, as quais devem refletir a vontade da maioria da população em um modelo democrático. Por outro lado, também é possível que essas políticas sejam criadas pelo poder executivo.

Em um contexto mais específico, debruçamo-nos especialmente sobre as políticas públicas de educação, que são criadas também com o intuito de cumprir o que assegura o Artigo 205 da Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Promover políticas públicas de educação permite a obtenção de conhecimento necessário pelo povo, para que seu papel social seja exercido. Essas ações podem contribuir para uma atividade mais consciente dos cidadãos no mercado de trabalho e no desenvolvimento da sociedade.

Além de ser um direito universal e inalienável, a educação pode contribuir para que a população seja mais esclarecida, conhecendo melhor as mazelas do país. Possibilita, também, análises sobre o que contribui diretamente para o desenvolvimento do país, a exemplo de políticas que promovam trabalho e renda. Uma educação de qualidade pode auxiliar a reduzir problemas de outras áreas, como saúde, em que doenças são disseminadas por falta de informação, e segurança pública, já que políticas educacionais podem ajudar a garanti-la.

No Brasil, as responsabilidades de promover as PPs de educação são divididas entre três esferas, governo federal, estados e municípios. Em nível municipal, cabe à Câmara dos Vereadores da cidade criar e promover as políticas de educação, relacionadas aos ensinos infantil e fundamental. Quando se trata de ensino médio, a responsabilidade passa para os deputados. Por fim, a respeito do ensino superior, é encargo do Ministério da Educação, Senado e Câmara criar as leis que o controlam.

Entre as políticas públicas de educação mais comuns no Brasil, estão o Programa Universidade Para Todos (ProUni), a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e o Programa Nacional De Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

MONITORAMENTO DA DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: OBSERVATÓRIO LUMINAR

Monitorar a divulgação das Políticas Públicas pela mídia é papel do jornalista que visa o esclarecimento pleno da população. Mais que isso, para Rebouças e Cunha

(2010), analisar criticamente a mídia é um exercício pela manutenção da democracia. Nesse contexto, os observatórios são criados pela administração pública para monitorar diversos assuntos.

Albornoz e Herschmann (2006) definem com maior precisão a função social dos observatórios:

Em geral, a função desses observatórios estaria associada às seguintes atividades: a) recompilação e elaboração de bases de dados; b) metodologias para codificar, classificar e categorizar informações; c) conexão entre pessoas e organizações que trabalham em áreas similares; d) aplicações específicas de novas ferramentas técnicas; e) análise de tendências/publicações (Albornoz; Herschmann, 2006, s/p.).

Enquanto receptores das informações dos grandes veículos de imprensa, é fundamental que a população não se coloque em uma posição passiva ao conteúdo que lhe chega. Isso não significa que os grandes veículos não tenham dever de fornecer informações com qualidade, mas é obrigação do cidadão contribuir no processo.

Esse pensamento é defendido por Loures (2008) e dá credibilidade e importância aos observatórios de mídia.

Informar-se não é somente interessar-se por certos domínios importantes - a economia, a política, a cultura etc. - é também interessar-se pela informação, pela comunicação. É preciso então que a mídia analise o seu funcionamento, que se submeta à crítica e que faça permanentemente sua autocrítica. [...] Que seja tão exigente com ela mesma quanto diz que é com outros setores da vida nacional. [...] Hoje, todos veem a mídia, a observam, analisam, e os críticos estão aí para mostrar que ela não é perfeita (Loures, 2008, p. 171).

Os observatórios de mídia foram citados nesse texto pois a pesquisa que originou este artigo é derivada de um trabalho acadêmico para o encerramento da disciplina de Políticas Públicas em Comunicação e Educação, ministrada pela professora Diva Silva, uma das coordenadoras no Observatório Luminar (<https://www.observatorioluminar.org/>), pertencente à Universidade Federal de Uberlândia, o qual monitora a divulgação das políticas públicas na imprensa. O Luminar busca monitorar o trabalho da imprensa e oferecer à população informações que a permita realizar uma leitura crítica da mídia, especialmente se ela é beneficiária de alguma política pública em seu cotidiano.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O levantamento de matérias que tangenciam as Políticas Públicas de Educação foi feito a partir de pesquisa no navegador Google. A equipe utilizou “Educação”, “MEC”, “Lei”, “Projeto de Lei”, “ENEM”, “SISU”, “Rede pública”, “Ensino público”, “UFTM”, “UFU” e “IFTM” como palavras-chave, sendo as três últimas para análise do jornal digital G1 Triângulo Mineiro, pois as instituições se localizam em Uberlândia e Uberaba. Também, houve a definição do período de tempo de análise, tendo sido levantadas matérias a partir de duas perspectivas a fim de fidelizar a amostra: filtro de período mês a mês e o filtro do período todo (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023). Por fim, utilizou-se o site leiaisso.net para ter acesso às publicações dos jornais com a finalidade de pesquisa.

Em relação ao jornal Estadão, de São Paulo, não houve dificuldade em encontrar e arquivar as matérias. Contudo, a necessidade do pagamento de mensalidade ao site para ter acesso integral à gama de publicações é e foi um empecilho do presente trabalho. Ao todo, foram selecionadas 106 matérias.

O jornal representante do estado do Rio de Janeiro foi o O Globo, mídia com mais matérias publicadas dentro dos filtros aplicados. Ao todo, o levantamento expôs 161 textos. Destaca-se no O Globo a grande quantidade de colunas, artigos e textos rotulados como “Conteúdo de marca”. Apesar disso, é maioria absoluta a quantidade de notícias, especialmente aquelas que tratam do ENEM e do SISU nos meses de outubro e novembro, quando a prova foi realizada.

O Hoje em Dia foi o jornal digital de enfoque estadual em Minas Gerais. Notou-se diversos obstáculos pelas baixas produção e publicação de textos sobre educação, em geral, e, em especial, acerca de Políticas Públicas de Educação. Foram encontradas 14 matérias. Ainda quanto a Minas Gerais, mas ligado à Uberlândia e região, o Diário de Uberlândia publicou 35 textos sobre a temática, dando destaque aos pontos positivos de Políticas Públicas desenvolvidas pela Prefeitura Municipal. Também de Uberlândia, o G1 Triângulo foi responsável pela publicação de 31 textos.

Por fim, quanto ao estado do Espírito Santo, no jornal Gazeta, não se notou dificuldade em realizar o levantamento das matérias. Ainda, foi perceptível a menção constante aos ataques terroristas e/ou ameaças ocorridas nas escolas do estado.

Ademais, notou-se relevante quantidade de textos que circundam a qualidade da infraestrutura das unidades escolares. No total, foram encontradas 40 produções.

A partir do levantamento de matérias e do estudo de seis jornais digitais do sudeste do país, totalizou-se 387 publicações sobre Políticas Públicas de Educação, detalhadas mensalmente no quadro a seguir.

Quadro 1 - Levantamento de publicações sobre PP de Educação em jornais da região sudeste do país

Mês/Jornal	G1 Triângulo (Uberlândia)	Diário de Uberlândia	Estadão (SP)	O Globo (RJ)	Hoje em Dia (MG)	A Gazeta (ES)
Janeiro	7	3	10	13	1	3
Fevereiro	4	3	4	5	2	2
Março	2	2	6	9	1	9
Abril	0	2	7	15	1	6
Maió	0	1	16	10	1	4
Junho	4	4	8	13	2	2
Julho	5	4	9	14	2	5
Agosto	1	3	9	14	1	2
Setembro	2	7	11	10	2	1
Outubro	1	3	7	26	1	5
Novembro	5	3	9	19	0	1
Dezembro	0	0	10	13	0	0

Fonte: própria autoria

Tendo em vista a publicação frequente de textos jornalísticos sobre Políticas Públicas de Educação, verifica-se que outubro (43), julho (39) e, empatados, janeiro e novembro (37), respectivamente, somaram as maiores amostras de publicações, seguidos por junho e setembro (33), maio (32), abril (31), agosto (30), março (29),

dezembro (20) e fevereiro (19). Destaca-se o aumento de aproximadamente 13% nas publicações do segundo semestre, saindo de 182 para 205 postagens.

Diante de tais dados, uma amostra aleatória foi realizada para cada mídia em que as produções foram enumeradas, a partir da sua ordem cronológica de postagem. Cada publicação sorteada foi analisada a partir da Leitura Crítica de Mídia (Motta, 2008, p.35-36). A Leitura Crítica de Mídia (LCM), desenvolvida por Luiz Gonzaga Motta, destaca a necessidade de analisar e questionar profundamente as mensagens midiáticas. Essa abordagem ressalta a importância de identificar as ideologias e interesses subjacentes aos conteúdos, compreendendo os contextos sociopolíticos e econômicos em que são produzidos. A Leitura Crítica de Mídia visa promover a educação midiática como ferramenta para a construção de uma cidadania crítica e consciente.

Duas matérias estão expostas no presente artigo e foram escolhidas a partir do grau de fidelidade com a temática da pesquisa: as Políticas Públicas de Educação.

A primeira matéria é do jornal A Gazeta do Espírito Santo e leva o título “Mais de 60 mil alunas vão receber absorventes em escolas do ES”, de autoria da Redação do jornal e publicada no dia 6 de março de 2023. O primeiro critério da Leitura Crítica de Mídia é relativo à abordagem temática. A presença de preconceitos, estereótipos ou julgamentos dos atores citados não foi encontrada. A LCM também levanta questionamentos sobre explicações de causas e efeitos sociais do evento narrado que, no caso, é a liberação de verba pública para entrega de absorventes para 60 mil alunas de escolas da unidade federativa em pauta. A matéria apresenta os antecedentes da decisão, que são o veto do ex-presidente Bolsonaro a um projeto de lei que previa a distribuição de absorventes a mulheres de baixa renda e um veto também de Casagrande, Governador do Espírito Santo, a um projeto em âmbito estadual para a distribuição de absorventes nas escolas. O texto não mostra as consequências do projeto de lei aprovado, uma vez que foi escrito assim que a Secretaria da Educação liberou a distribuição.

É importante destacar que há menção adequada explícita da política pública central da matéria: a distribuição de absorventes para meninas em escolas do Espírito Santo. Ainda em menções, a Redação de A Gazeta menciona a legislação de maneira pertinente, já que é ela quem dá o respaldo para que essa política pública seja aplicada. Por fim, o texto não só apresenta uma solução para um problema presente no país, que é

a pobreza menstrual, mas tem ela como eixo central da produção jornalística. Todos esses itens supracitados são parte dos critérios relativos à abordagem do tema na Leitura Crítica de Mídia.

Quanto aos critérios relativos à elaboração do produto, cabe a análise sobre a redação dos fatos e, no caso, o texto aborda um pequeno contexto da aprovação do projeto, mas não se aprofunda na necessidade cotidiana da distribuição de absorventes para pessoas em situação de pobreza menstrual. Por isso, conclui-se que ele é relativamente vinculado ao contexto histórico. Ademais, o fato é parcialmente trabalhado para além do recurso da escrita. Os recursos gráficos são importantes e pertinentes para comparar e contextualizar as informações, contudo não há infográficos e o único dado apresentado é a quantidade de meninas que se encaixam no perfil de atendimento da política pública - 61.628. O único recurso imagético é uma ilustração de absorventes com a legenda “Absorventes higiênicos são distribuídos nas escolas da rede estadual desde o fim de 2021”. Portanto, constata-se uma incompletude e fraqueza quanto aos recursos gráficos. Além do mais, o enquadramento predominante na cobertura jornalística da matéria em questão é oficialista e retrata a necessidade da distribuição dos absorventes para os atores sociais envolvidos, o que torna o enquadramento também relacionado com a cidadania.

Por fim, a publicação tem como atores sociais principais as meninas em fase escolar que carecem de soluções para a pobreza menstrual. Elas são retratadas como vítimas de um Estado falho. Contudo, em contradição, não há fonte personagem citada na cobertura que representa o público supracitado. A única fonte citada é a Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo. Assim sendo, não há ampliações dos pontos de vista. Tanto a identificação e a posição dos atores sociais envolvidos quanto o número de fontes citadas e sua inserção no texto são parte dos critérios relativos à pluralidade de fontes e à representação dos atores sociais.

A segunda Leitura Crítica de Mídia partiu da matéria publicada pelo G1 Triângulo, no dia 17 de junho de 2023, intitulada “Justiça suspende lei que proíbe ‘ideologia de gênero’ nas escolas de Uberlândia”. A autoria é atribuída à equipe como um todo, “Por G1 Triângulo”.

Os primeiros pontos de observação para a construção da LCM são relativos à abordagem do tema. Em especial, quanto à presença de preconceitos, estereótipos ou

prejulgamentos dos atores sociais citados, nota-se clara resistência em apresentar a lei que proíbe a “ideologia de gênero” nas escolas de Uberlândia como uma alternativa para a educação das crianças. Ademais, é perceptível a presença de explicação acerca das causas e consequências sociais do evento narrado. O fato noticioso é a suspensão da lei em questão; contudo a matéria levanta aspectos acerca dos antecedentes e efeitos da lei, não somente da suspensão em si. Os redatores fizeram isso de forma clara e didática. Entretanto, não foi possível identificar menção às políticas públicas, ainda que a criação da lei municipal possa fazer parte de um projeto e ciclo maior de política pública. Há apenas menção à legislação, de modo pertinente, adequado e explicativo, uma vez que o fato noticioso está diretamente ligado à legislação mencionada. A lei municipal e a Constituição Federal Brasileira são evocadas na matéria. Por último, é perceptível a presença de recomendações para a solução das questões de forma sutil, ao trazer à tona a fala do mencionado juiz acerca da educação sexual das crianças como solução dos abusos por elas sofridos e também ao trazer o tópico da perpetuação da cultura de violência contra a população LGBTIAP+, abordado por Barroso.

Constata-se que a matéria não é excessivamente factual a partir da análise quanto ao tratamento dado aos fatos, ela aprofunda a temática para além do fato noticioso. Um exemplo da não factualidade em excesso é o espaço destinado à explicação acerca da inexistência do termo “ideologia de gênero”, que traz fala de 2019 de Priscila Cruz. Na sequência da LCM, observou-se a presença ou ausência de infográficos, tabelas, cronogramas, estatísticas, quadros e outros recursos gráficos que auxiliam o leitor a comparar e contextualizar as informações. Nesse sentido, a matéria não é acompanhada por recursos gráficos, nem mesmo imagens. Percebe-se apenas o texto corrido com menções de diferentes fontes e trechos que tocam a legislação em questão. Enfim, visualiza-se o enquadramento predominante da matéria como sendo a cidadania, e ele é positivo em relação ao juiz João Ecyr Mota Ferreira, ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso e à presidente-executiva do movimento “Todos pela Educação” Priscila Cruz. Por outro lado, é negativo em relação ao prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão.

A última etapa da Leitura Crítica de Mídia são os critérios relativos à pluralidade de fontes e à representação dos atores sociais. Identificaram-se três fontes na produção: o juiz João Ecyr Mota Ferreira, o Ministro Luís Roberto Barroso e a

presidente-executiva Priscila Cruz. Todas as fontes estão postas sob o mesmo ponto de vista, contrariando a lei que proíbe o termo “ideologia de gênero” nas escolas de Uberlândia. Quanto ao posicionamento de cada uma das fontes, nota-se que o juiz João Ecyr Mota Ferreira é posto como “mocinho”/”herói” na história, uma vez que se percebe a ausência de fontes mencionadas do ponto de vista contrário. Ou seja, ele é o protagonista entre aqueles atores sociais presentes.

Enfim, a Leitura Crítica de Mídia de Luiz Gonzaga Motta possibilitou visualizar uma tendência à incompletude ainda presente nas publicações jornalísticas dos meios de comunicação digitais do sudeste do país quanto à escrita e ao processo de apuração jornalística. Tal incompletude foi notada, ainda que não tenhamos esgotado todos os problemas relativos às matérias, já que, apesar de profunda, nossa análise só contempla o ano de 2023. Assim, em um período maior ou em mais veículos analisados, novas falhas na divulgação de políticas públicas poderem vir à luz. De toda forma, aprimorar o noticiamento em questões acerca das PPs contribui para a conscientização da população que, por sua vez, pode exercer, então, seu papel cidadão em um Estado democrático e exigir por ajustes ou até mesmo novas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises realizadas durante a disciplina, nesse processo quantitativo de avaliar as Políticas Públicas relacionadas à Educação nos jornais G1 Triângulo, Estadão, Hoje em Dia, Diário de Uberlândia, O Globo e Gazeta, durante o decorrer de 2023, é possível observar a importância de uma divulgação correta dessas políticas para acesso do público. Primeiramente, é importante recordar que, se não há um bom alcance e um acesso facilitado, as PPs não contribuem para a resolução das questões propostas.

Além disso, em busca de proporcionar uma educação justa e um ensino de qualidade, pautas como essas ações afirmativas, realizadas municipal, estadual e federalmente, devem ser apresentadas de uma forma clara para que o público possa ter o discernimento de avaliar criticamente essas oportunidades. Para mais que avaliá-las, aproveitar-se delas, cobrar as autoridades por falhas nas políticas em vigor e, até mesmo, exigir a criação de novas soluções para os problemas sociais.

Por isso, há sim melhores formas de se noticiar políticas públicas com o intuito de promover o acesso e entendimento facilitado da população. A importância de sua

divulgação de maneira assertiva permite o exercício da cidadania e acesso a oportunidades que incentivam a educação brasileira.

Para isso, o monitoramento dessas divulgações se faz necessário, para garantir que as informações são transmitidas de forma clara e objetiva, tornando projetos como o Luminar essenciais para o bom funcionamento da sociedade e possibilitando acesso e conhecimento para que a população exerça seu papel social.

Monitoramentos nada mais são que exercícios para promoção e manutenção da democracia, permitindo que o leitor tome uma postura ativa perante as informações e proporcionando uma leitura crítica da mídia e da sociedade, se fazendo extremamente necessários.

A exemplo, programas como Universidades Para Todos (ProUni), a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), anteriormente citados, são políticas públicas que, quando utilizadas e divulgadas adequadamente, contribuem significativamente para o acesso educacional da população brasileira, promovendo oportunidades mais igualitárias.

Dessa maneira, a consideração final do grupo gira em torno do entendimento de que, apesar da leitura ativa perante as matérias, o conhecimento de Políticas Públicas ainda é reduzido e, na maior parte das matérias, quando citadas nos veículos analisados, não são retratadas exatamente como Políticas Públicas em sua plenitude, com todos os seus aspectos e suas partes do ciclo, mas apenas como uma forma de melhoramento para a sociedade. Dessa maneira, as matérias seguem uma linha mais política, menos factual, que descreve ações realizadas por políticos e sua consequência através dos anos.

Portanto, coube aos pesquisadores compreender que, apesar de o cenário de divulgação dessas PPs ter mudado nos últimos anos, ainda encaramos uma falta de notícias em veículos menores, como o Hoje em Dia, que realizou apenas 15 matérias sobre, enquanto o G1 Triângulo teve 161 notícias no mesmo período. Isso mostra que os veículos ainda não consideram as Políticas Públicas de relevância social para serem divulgadas com mais frequência e, além disso, quando divulgadas, são pouco factuais, como observado. Essas e outras questões impactam diretamente em como o leitor recebe as notícias e entende como seu direito estar consciente do que acontece na sociedade.

No levantamento, surgem outras questões que atacam o senso crítico e a maneira de agir do jornalista, como conscientizar a sociedade a respeito do que é uma Política Pública; como tornar essas notícias mais factuais; como discutir problemas e soluções sem um viés propagandista político; como trazer a relevância de noticiar essas PPs em veículos menores. Os Observatórios têm realizado seu trabalho de fiscalizar essas questões, e se espera que haja uma melhora nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

- A GAZETA, Redação. **Mais de 60 mil alunas vão receber absorventes em escolas do ES.** A Gazeta, Espírito Santo, 6, mar, 2023. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/todaselas/mais-de-60-mil-alunas-va-receber-absorventes-em-escolas-do-es-0323#:~:text=Mais de 60 mil alunas da rede estadual vão receber,aquisição do item de higiene> Acesso em: 1, mar, 2024.
- ALBORNOZ, L.A.; HERSHMANN, M. **Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura:** balanço de uma breve trajetória. E-compós – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 7, dez, 2006. Disponível em: <www.compos.com.br/e-compos>. Acesso em: 11 Jun. 2024.
- ALVES, Neimar da Cunha. **LUMINAR:** construção de um observatório sobre a cobertura de políticas públicas na mídia alternativa. Uberlândia, 2018. 176 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018.
- AZEVEDO, Sílvio. **Primeira Escola Municipal de período integral é inaugurada em Uberlândia.** Diário de Uberlândia, Uberlândia, 10, fev e 2023. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/33011/primeira-escola-municipal-de-periodo-integral-e-inaugurada-em-uberlandia>. Acesso em: 1, mar, 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11 de Jun. 2024.
- EASTON, David. **Uma teoria de análise política.** Editora Zahar, 1970.
- FIA. **Políticas públicas na educação:** quais são, importância e como são aplicadas. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/politicas-publicas-na-educacao/> Acesso em: 16 Jun. 2024.
- G1 TRIÂNGULO, Redação. **Justiça suspende lei que proíbe 'ideologia de gênero' nas escolas de Uberlândia.** G1 Triângulo e Alto Paranaíba, Uberlândia, 17, jul, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2023/07/17/justica-suspende-lei-que-proibe-ideologia-de-genero-nas-escolas-de-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 1, mar, 2024.
- HOJE EM DIA, Redação. **Professores da rede estadual de Minas começam a receber Chromebooks com ferramentas educacionais.** Hoje em Dia, Minas Gerais, 6, jul, 2023. Disponível em: <https://www. hojeemdia.com.br/minas/professores-da-rede-estadual-de-minas-comecam-a-receber-chromebooks-com-ferramentas-educacionais-1.968637>. Acesso em: 1, mar, 2024.
- LASSWELL, Harold. **A Pre-view of the Policy Sciences.** New York: American Elsevier. 1971.
- LINDBLOM, Charles. **The Science of “Muddling Through”.** Public Administration Review. 1959.
- LOURES, Ângela. **Pequena História da Crítica de Mídia no Brasil.** In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. Observatórios de mídia: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008, p. 157-172.

-
- LOWI, Theodore. **American Business, Public Policy, Case Studies, and Political Theory in: World Politics**, vol. XVI, 1964. Parte do artigo traduzida para o português por André Villa-Lobos, sob o título: “Distribuição, Regulação e Redistribuição: As Funções do Governo” - São Paulo: FUNDAP, 1984.
- MCCOMBS, Maxwell. **Setting the agenda: the mass media and public opinion**. 2004.
- NOVELLI, Lara De. **Sonho leva 1,2 milhão de pessoas com mais de 40 anos ao ensino superior**. Estadão, São Paulo, 1, mai, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/sonho-leva-12-milhao-de-pessoas-com-mais-de-40-anos-ao-ensino-superior/>
- OBSERVATÓRIO LUMINAR. **Observatório Luminar**, 2017. Página inicial. Disponível em: <https://www.observatorioluminar.org/>. Acesso em: 11 de Jun. de 2024.
- GULLINO, Daniel. O Globo. **Lula revoga política de educação especial criada por Bolsonaro**, Brasília, 2, jan, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/01/lula-revoga-politica-de-educacao-especial-criada-por-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 1, mar, 2024.
- REBOUÇAS, E; CUNHA, P. **Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia**. RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.4, p. 85-93, 2010.
- SIMON, Herbert. **Rational choice and the structure of the environment**. Psychological Review, 1956.
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre, n. 18, p.20-44, jul/dez 2006.
- SHAW, Donald. **The emergence of american political issues: the agenda-setting function of the press**, 1977.